

Pelo visto, a moratória interna já foi decretada *Divida Externa*

- 3 SET 1985

GAZETA MERCANTIL

Adolpho Ferreira de Oliveira (*)

Qualquer pessoa com um mínimo de bom senso conclui imediatamente que quem deixa de pagar as suas contas só tem duas alternativas: ou pede concordata ou é submetida a um pedido de falência.

Quem pensa que isso ocorre no Brasil está redondamente enganado, ao menos quando se trata do setor público.

O buraco de US\$ 8 bilhões, Cr\$ 56 trilhões a preços de hoje, foi praticamente o valor que o setor público deixou de recolher referente à sua dívida externa no ano passado e que deverá repetir-se neste ano.

Estas parcelas estão sendo subtraídas da sociedade na forma de inflação, de crescimento da dívida pública e de aumento das taxas de juros; o que em última instância forma o pano de fundo da pobreza nacional. Isto se assemelha a um processo kafkiano. O cidadão comum, em cima de quem recai todo o ônus, fica perplexo, já que o Brasil está gerando elevados superávits comerciais e honrando o pagamento dos juros da nossa dívida externa. O complexo estatal (empresas estatais, estados, municípios etc.), com raras exceções, não paga os seus compromissos, sejam internos ou externos, e automaticamente transfere à conta. Em 5 de fevereiro de 1983, quando da publicação do artigo "Saudades da Inflação de 100%", tentava alertar para o que fatalmente iria acontecer: "Ocorrendo a maxidesva-

com a área pública. A partir de 1983, ao se vencerem os compromissos externos, o setor estatal, que responde por 70% da dívida externa brasileira de US\$ 100 bilhões, simplesmente não recolhe nem ao Tesouro nem às autoridades monetárias os cruzeiros necessários para cobrir a sua dívida. Essa inadimplência é registrada no déficit de caixa com variados nomes, tais como: aviso GB 588, MF 30, MF 09, encargos de depósitos e projetos, outras operações do setor externo e assim por diante.

Em 1984 o registro desta moratória atingiu Cr\$ 17 trilhões; de janeiro a julho de 1985 já está na casa de Cr\$ 20,9 trilhões e vai fácil para Cr\$ 60 trilhões em dezembro deste ano. Tudo se desenrola como se fosse uma trama, mas que é simples de ser desvendada. Os juros da nossa dívida externa são pagos no exterior em dólares, estes dólares o governo compra pagando em cruzeiros aos exportadores que os obtiveram com as relações comerciais com o exterior e teori-

camente deveria vendê-los aos devedores em moeda externa para que pagassem o que devem em dólares, e aí então todo o ciclo estaria encerrado.

O governo receberia os cruzeiros dos devedores pelos dólares que eles estão pagando por suas dívidas no exterior e entregaria os mesmos cruzeiros aos exportadores, não havendo, portanto, danos maiores à sociedade. Mas, infelizmente, quando o Banco Central compra os dólares, entrega os cruzeiros aos exportadores, mas não os recebe de volta quando paga os compromissos que são de responsabilidade das empresas públicas. Como ele paga, e não recebe, tem de correr atrás destes cruzeiros para pagá-los de volta, e só pode fazê-lo das seguintes formas: ou emitindo títulos (o que vem pressionar a taxa de juros e tornar insustentável a dívida interna, que cresce exponencialmente), ou emitindo papel-moeda (inflacionando violentamente a economia) ou combinando as duas coisas. Em 1985 de-

vemos atingir um superávit comercial aproximadamente de US\$ 12 bilhões. Com um dólar médio a Cr\$ 7.000, o BC vai pagar aos exportadores o equivalente a Cr\$ 84 trilhões pela compra destes dólares.

Como vamos pagar US\$ 11 bilhões de juros da dívida externa, os responsáveis pela dívida deveriam reembolsar o BC por esses dólares em quase Cr\$ 80 trilhões. Mas apenas aproximadamente 30% desses devedores, entre setor privado e pouquíssimas empresas estatais como Vale do Rio Doce, Petrobrás etc, são superavitárias em cruzeiros e podem pagar suas dívidas, que representam Cr\$ 20 trilhões que vão retornar ao BC. Ficam faltando Cr\$ 60 trilhões, que correspondem à moratória do setor público, porque não tem como pagar. O Banco Central tem dois caminhos a seguir: ou deixa esses cruzeiros expandirem a base monetária em 400%, o que levará inexoravelmente a termos saudáveis da inflação de 200%, ou então sai atrás desses cru-

zeiros, colocando títulos públicos e jogando a taxa de juros para o espaço. Não tem saída, ou se inunda o mercado de títulos públicos, ou se inunda de papel-moeda ou se faz um "mix". O déficit de caixa, no período de janeiro a julho, de Cr\$ 36 trilhões, foi administrado com a colocação de 28 trilhões de títulos e de 8 trilhões de expansão monetária, e só na área externa o setor público foi responsável por Cr\$ 20,9 trilhões, sendo Cr\$ 11,1 trilhões responsabilidade das empresas estatais, Cr\$ 8,0 trilhões do Banco Central, Cr\$ 1,8 trilhão dos estados e municípios e o saldo resultante dos dispêndios internos.

Dentro deste quadro, falar-se em derrubada de taxa de juros para reduzir a inflação é o mesmo que tentar apagar incêndio com jatos de gasolina. Este quadro já está desembocando em violenta reaceleração inflacionária, que forçosamente estará acompanhada de justas reposições salariais e de reivindi-

cações para encurtamento dos reajustes de salários, que tenderão primeiro a ser trimestrais, depois mensais, até que a situação saia totalmente de controle.

A identificação do problema em profundidade constitui primeiro passo em direção à solução, e, diante disso, é claro, muito mais que meios cortes superficiais; uma postura corajosa de reorganização do setor público é inadiável.

Não há como justificar a ociosidade de alguns com elevado custo social, enquanto 50 milhões de brasileiros já estão marginalizados. Este número de marginalizados vem crescendo assustadoramente nos últimos anos, com o risco de transformarmos em uma sociedade 100% marginalizada que nem poderá "comer" as ORTN emitidas pelo governo, pois, por amarga ironia, são títulos escriturais.

(*) Economista, empresário financeiro, ex-presidente da Andima.

lização, o setor público (principalmente as empresas de economia mista) terá de conseguir recursos para pagar o aumento em cruzeiros de sua elevada dívida externa. Como poucas das quase quinhentas empresas estatais têm fluxo de caixa que possa absorver os aumentos de custos, restam, portanto, os aumentos de tarifas e as transferências com seus efeitos inflacionários.

Não aconteceu outra coisa: o setor privado ajustou-se não se dando o mesmo

Divida Externa
131
reportagem 0007